

ESPAÇO PÚBLICO E ACESSIBILIDADE: NOTAS PARA UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA

Angelo Serpa*

RESUMO:

No espaço público da cidade contemporânea, o “capital escolar” e os modos de consumo são os elementos determinantes das identidades sociais. Aqui, diferença e desigualdade articulam-se no processo de apropriação espacial, definindo uma acessibilidade que é, sobretudo, simbólica. Visto assim, acessibilidade e alteridade têm uma dimensão de classe evidente, que atua na territorialização (e, na maior parte dos casos, na privatização) dos espaços públicos urbanos. Mas, afinal, que qualidades norteiam a apropriação social do espaço público na cidade contemporânea? Como explicar a apropriação seletiva e diferenciada de espaços, que, em tese, seriam – ou deveriam ser – acessíveis a todos? O presente trabalho pretende discutir essas e outras questões, baseando-se em uma revisão bibliográfica comentada das contribuições filosóficas de Hannah Arendt, Jürgen Habermas, Walter Benjamin e Henri Lefebvre. Em seguida, a partir da análise de exemplos concretos de espaços públicos, em cidades como Salvador, São Paulo e Paris, objetiva-se uma aplicação empírica dos conceitos discutidos, buscando-se elucidar as dimensões socioculturais e políticas da apropriação social destes espaços urbanos.

PALAVRAS-CHAVE:

Espaço público, cidade contemporânea, acessibilidade, apropriação, identidade.

ABSTRACT:

In the public spaces of the modern city, the “school capital” and the means of consumption are the elements that determine social identity. Here, difference and inequality join forces in the process of occupation of space, defining an accessibility which is, above all, symbolic. Seen in this light, accessibility and difference have a visible social content, which acts in production of territories (and, in most cases, in privatization as well) within (of) urban public spaces. But, after all, what qualities are behind the social appropriation of public spaces in the modern city? How can one explain the selective and differentiated appropriation of spaces which, at least in theory, would be – or should be – accessible to all? This work seeks to discuss this and other relevant issues, based on a commented bibliographical review of the philosophical contributions made by Hannah Arendt, Jürgen Habermas, Walter Benjamin and Henri Lefebvre. Next, based on an analysis of real examples of public spaces in such cities as Salvador, São Paulo and Paris, the aim is to present an empirical application of the concepts that have been discussed, in a move to shed light on the political and socio-cultural dimensions of the social appropriation of these urban spaces.

KEY WORDS:

Public space, modern city, accessibility, appropriation, identity.

* Professor Adjunto Doutor do Departamento e Mestrado de Geografia, da Universidade Federal da Bahia.

E-mail: angserpa@ufba.br

A Geografia pouco se ocupou da discussão acerca do espaço público urbano. Com raras exceções, esse tem sido um tema pouco explorado pelos geógrafos. Em um livro lançado recentemente, Gomes (2002) busca compreender, na contramão dessa tendência, a contribuição da Geografia para o entendimento do espaço público na cidade contemporânea, baseando-se em estudos de caso no Brasil, França e Canadá. É um estudo pioneiro que pretende lançar as bases "geográficas" para análise deste tema, associando os conceitos/noções de espaço público e cidadania. Também o papel do Estado na conformação do espaço público urbano é discutido pelo autor. Gomes defende a idéia de que tais pesquisas, na Geografia, devem nortear-se pela concretude desses espaços, sem perder de vista as práticas e dinâmicas sociais que aí se desenvolvem¹.

A questão levantada por Gomes (2002) é pertinente, mas é evidente a dificuldade de muitos pesquisadores quando se trata de relacionar as dimensões políticas e sociais de uma esfera pública urbana e os aspectos formais e estruturais dos espaços públicos "concretos". Dialeticamente, forma e conteúdo são a um só tempo produtos e processos: são autocondicionantes, auto-referentes e historicamente determinados. Na análise do espaço público urbano, forma e conteúdo são, portanto, indissociáveis, e uma discussão sobre tal tema passa necessariamente pela difícil articulação entre os aspectos que dão "concretude" à esfera pública urbana e aqueles de cunho mais abstrato, que denunciam seu caráter intersubjetivo e a necessidade de uma abordagem fenomenológica do problema.

Uma abordagem assim passa necessariamente pela discussão da noção de cidadania e da ação política e, para falar em um conceito evidentemente geográfico, pela análise da acessibilidade. Esta última está estreitamente vinculada, na demarcação dos territórios urbanos, à alteridade, contrapondo uma dimensão simbólica (e abstrata) à concretude física dos espaços públicos urbanos. Pois, a acessibilidade não é somente física, mas

também simbólica, e a apropriação social dos espaços públicos urbanos tem implicações que ultrapassam o *design* físico de ruas, praças, parques, largos, *shoppings* e prédios públicos. Se é certo que o adjetivo "público" diz respeito a uma acessibilidade generalizada e irrestrita, um espaço acessível a todos deve significar, por outro lado, algo mais do que o simples acesso físico a espaços "abertos" de uso coletivo. Afinal, que qualidades norteiam a apropriação social do espaço público na cidade contemporânea? Como explicar a apropriação seletiva e diferenciada de espaços, que, em tese, seriam – ou deveriam ser – acessíveis a todos?

O presente trabalho pretende discutir essas questões, baseando-se em uma revisão bibliográfica comentada das contribuições filosóficas de Hannah Arendt, Jürgen Habermas, Walter Benjamin e Henri Lefebvre. Em seguida, a partir da análise de exemplos concretos de espaços públicos, em cidades como Salvador, São Paulo e Paris², objetiva-se uma aplicação empírica dos conceitos discutidos, buscando-se elucidar as dimensões socioculturais e políticas da apropriação social destes espaços urbanos, em contextos por vezes muito distintos. Aqui, a análise das semelhanças deve ter um peso equivalente à explicitação das diferenças, de acordo com a máxima de Milton Santos: as regiões e os lugares são "*as distintas versões da mundialização*" (SANTOS, 1994: 46). Como, em um contexto de homogeneização de espaços e técnicas, na escala mundial, pode-se falar em apropriação social do espaço público urbano? Qual é, afinal, o significado do espaço público na cidade contemporânea, expressão maior do capitalismo oligopólico e monopolista?

1. Entre ação e comunicação: as contribuições de Arendt e Habermas

Entre os chamados "filósofos do espaço público", destacam-se, sem dúvida, as contribuições de Hannah Arendt e Jürgen Habermas. Na obra de Arendt, o espaço público aparece enquanto lugar da ação política e de expressão de modos de subjetivação não identitários, em contraponto aos territórios familiares e de identificação comunitária. Já para

Habermas, o espaço público seria o lugar *par excellence* do agir comunicacional, o domínio historicamente constituído da controvérsia democrática e do uso livre e público da razão (Compare: Joseph, 1998).

Na concepção de Arendt, a ação política é uma atividade que comprova imediatamente a pluralidade da condição humana. Seguindo a tradição kantiana e aristotélica, Arendt tenta repensar a ação política a partir da capacidade de julgamento, entendendo como tal o poder de discernimento de cada ser humano; algo intercambiável a partir da possibilidade de comunicação entre os indivíduos, o que confere um caráter intersubjetivo à esfera pública, ampliada a partir do confronto de (diferentes) idéias e ações (Compare: d'Alfonso, 1995 e Prado Jr., 1995).

Que o poder de julgar é uma faculdade especificamente política, no sentido indicado por Kant, a saber: a capacidade de ver as coisas não somente do ponto de vista pessoal, mas na perspectiva de todos que se encontram presentes; melhor, que o julgamento é uma das faculdades fundamentais do homem como ser político, na medida em que ele é capaz de orientar suas ações na esfera pública, no mundo coletivo – são pontos de vista tão antigos quanto a experiência política. Os gregos chamavam isso de perspicácia e consideravam a capacidade de julgar como a virtude principal que conferia excelência ao homem de Estado, em oposição à sabedoria dos filósofos (Arendt, 1972: 282)³.

Habermas foi buscar na mercantilização da esfera literária ao longo do século XIX uma maneira de explicitar o declínio do uso público da razão. Na visão do autor, os círculos literários acabaram por perder sua independência frente às exigências de "satisfação das necessidades" de públicos cada vez mais largos. O comportamento característico de quem busca o lazer deve ser visto, segundo Habermas, como apolítico, já que isto está ligado ao círculo da produção e do consumo e não pode gerar uma esfera pública liberada da preocupação com as

necessidades econômicas mais imediatas (Compare: Prado Jr., 1995).

A esfera pública burguesa desenvolve-se no campo de tensões entre Estado e sociedade, mas de modo tal que ela mesma se torna parte do setor privado. A separação radical entre ambas as esferas, na qual se fundamenta a esfera pública burguesa, significa inicialmente apenas o desmantelamento dos momentos de reprodução social e de poder político conjugados na tipologia das formas de dominação da Idade Média avançada. Com a expansão das relações econômicas de mercado, surge a esfera do "social", que implode as limitações da dominação feudal e torna necessárias formas de autoridade administrativa. À medida que é intermediada pelo sistema de trocas, a produção liberta-se das competências da autoridade pública – e, por outro lado, a administração descarrega-se de trabalhos produtivos. O poder público concentra-se nos Estados nacionais e territoriais, eleva-se acima de uma sociedade privatizada (HABERMAS, 1984: 169)⁴.

Com a evolução do capitalismo e o avanço do liberalismo, dissolve-se de fato a relação original entre o público e o privado, através da decomposição generalizada das características essenciais da esfera pública burguesa. Para Habermas, duas tendências, dialeticamente interrelacionadas, marcam a decadência da esfera pública: ela penetra setores cada vez mais extensos da sociedade e, ao mesmo tempo, vai perdendo sua função política, no sentido de submeter os fatos tornados públicos ao controle de um público crítico (Compare: Habermas, 1984). A partir do momento em que as leis do mercado, que dominam a esfera dos negócios e do trabalho, penetram também na vida privada dos indivíduos, "reunidos" artificialmente em um "espaço público", a capacidade de julgamento – a razão – tende a transformar-se em consumo. A comunicação – pública – perde em coerência e dissolve-se em estereótipos para o consumo individual (Prado Jr., 1995).

2. Seguindo a trilha de Benjamin...

O aparecimento de uma ideologia "sentimentalista" nos magazines de sucesso, a partir da segunda metade do século XIX, marcou uma degradação evidente dos círculos literários no continente europeu, como indica Habermas. Paralelo a esse processo, a consolidação de uma imprensa de massa, antes celebrada como uma instância fundamental para a emancipação dos cidadãos, passa a favorecer, ao contrário, a dispersão, a estupefação e a paralisia dos leitores-consumidores, despossuídos de sua capacidade de assimilação e de associação.

Com a degradação dos leitores em clientes-consumidores, confirmam-se, meio século mais tarde, as reflexões de Walter Benjamin sobre o declínio crescente da experiência e da capacidade de assimilar os acontecimentos externos à vida privada dos indivíduos. Graças às novas tecnologias e aos monopólios econômico-midiáticos, é cada vez maior o abismo entre intimidade e exterioridade, entre vida privada e vida pública, marcando uma crise evidente na percepção e na capacidade de assimilação dos indivíduos (Prado Jr., 1995).

A noção de experiência (*Erfahrung*) é uma das noções capitais da teoria de Walter Benjamin. A ela se junta a noção de vivência (*Erlebnis*). A experiência está relacionada à memória, individual e coletiva, ao inconsciente, à tradição. A vivência relaciona-se à existência privada, à solidão, à percepção consciente, ao choque. Nas sociedades modernas, o declínio da experiência corresponde a uma intensificação da vivência (Compare: Muricy, 1999).

Submete-se, portanto, a experiência à vivência, contrapondo as sensações fortes e o choque à aptidão humana de imaginar e de julgar. O que está em jogo aqui é a crise geral da percepção e da capacidade de julgamento, dentro de um contexto de "reproduzibilidade técnica". Segundo Benjamin, com a reproduzibilidade técnica, a obra de arte se emancipa, destacando-se do ritual. A obra de arte reproduzida é cada vez mais a reprodução de uma obra de arte criada para ser reproduzida.

Esse processo é sintomático, e sua significação vai muito além da esfera da arte. Generalizando, podemos dizer que a técnica da reprodução destaca do domínio da tradição o objeto reproduzido. Na medida em que ela multiplica a reprodução, substitui a existência única da obra por uma existência serial. E, na medida em que essa técnica permite a reprodução vir ao encontro do espectador, em todas as situações, ela atualiza o objeto reproduzido. Esses dois processos resultam num violento abalo da tradição (Benjamin, 1996: 168-169).

3. A contribuição fundamental de Henri Lefebvre

O abalo da "tradição" em Walter Benjamin pode ser explicado também pela brutal (e crescente) separação entre os conteúdos econômicos e históricos no capitalismo. Para Henri Lefebvre, não é necessário um exame muito atento das cidades modernas, das periferias urbanas e das novas construções, para constatar que tudo se parece. A dissociação, mais ou menos artificial, entre aquilo que chamamos "arquitetura" e o que chamamos de "urbanismo", isto é, entre o "micro" e o "macro", não contribuiu para o incremento da diversidade na morfologia urbana. Ao contrário, o repetitivo substituiu a unicidade, o fatural e o sofisticado prevaleceram sobre o espontâneo e o natural, o produto sobre a produção. Esses espaços repetitivos resultam de gestos e atitudes também repetitivos, transformando os espaços urbanos em produtos homogêneos, que podem ser vendidos ou comprados. Não há nenhuma diferença entre eles, a não ser a quantidade de dinheiro neles empregada. Reina a repetição e a quantificação.

Esses espaços possuem um caráter visual cada vez mais pronunciado. Eles são fabricados para o "visível". Esse traço dominante, a visualização (mais importante que a "espetacularização" nela implícita), mascara a repetição. As pessoas olham, confundindo a vida, o olhar, a visão. Constrói-se sobre planos e projetos. Compram-se imagens. O olhar e a visão

tornam-se intercambiáveis, eles permitem a simulação da diversidade do espaço social, o simulacro da transparência (Lefebvre, 2000: 92)⁵.

Lefebvre vai conferir a esse espaço homogêneo – “concebido” – um caráter abstrato, em contraponto ao espaço absoluto, o espaço vivido/percebido das representações e das práticas espaciais cotidianas. Produto da violência e da guerra, o espaço abstrato é instituído pelo Estado e, portanto, institucional. Ele serve de instrumento para que os detentores do poder – político e econômico – destruam tudo aquilo que representa ameaça e resistência, em outras palavras, abram caminho para que se homogeneizem as diferenças. O espaço serve, assim, ao poder institucional como um tanque de combate, instrumentalizando a homogeneização. O sentido do espaço absoluto nada tem a ver com o intelecto, guardando relação com o corpo, com as ameaças à existência (através de sanções diversas), com as emoções (colocadas à prova a todo instante). Este espaço é vivido, ele não é concebido, é espaço de representação, mais que representação do espaço (Compare: Lefebvre, 2000).

As reflexões de Lefebvre são sem dúvida fundamentais para a análise do papel do espaço público na cidade contemporânea. Se o espaço público é, sobretudo, social, ele contém antes de tudo as representações das relações de produção, que, por sua vez, enquadram as relações de poder, nos espaços públicos, mas também nos edifícios, nos monumentos e nas obras de arte. A triplicidade ou tríade lefebvriana é também uma característica subjacente à estrutura espacial da esfera pública urbana: *a)* as práticas espaciais, englobando produção e reprodução, lugares específicos e conjuntos espaciais característicos para cada formação social, assegurando continuidade em um quadro de relativa coesão; *b)* as representações do espaço, ligadas às relações de produção, à ordem imposta, ao conhecimento, aos signos e códigos, às relações “frontais”; *c)* os espaços de representação, apresentando simbolismos complexos, expressão do lado clandestino e subterrâneo da vida social, mas também da arte (Compare:

Lefebvre, 2000).

4. Alteridade e acessibilidade no espaço público

Os símbolos que compõem uma identidade social não são construções totalmente arbitrárias ou aleatórias, já que sempre mantêm determinados vínculos com a realidade concreta. Ao mesmo tempo em que determina aspectos da vida em sociedade, o simbolismo está repleto de interstícios e de graus de liberdade (Castoriadis, 1982, apud Haesbaert, 1997).

A questão das identidades urbanas mantém-se insuficientemente explorada, mesmo nos estudos de Antropologia. No entanto, parece consensual que “identidades” constroem-se sempre a partir do reconhecimento de uma alteridade. Isso, no entanto, só pode acontecer onde há interação, transações, relações ou contatos entre grupos diferentes (Barth, 1969, apud Uriarte, 2001). Para Bourdieu, o mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto:

As lutas a respeito da identidade (...) são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e desfazer grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de divisão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo (BOURDIEU, 2000).

É no sistema de relações com o que lhe é externo, ou seja, com a alteridade, que a territorialidade pode ser definida. Ela está impregnada de laços de identidade, que tentam de alguma forma homogeneizar esse território, dotá-lo de uma área/superfície minimamente

igualizante, seja por uma identidade territorial, seja por uma fronteira definidora de alteridade. Importante também é a distinção entre “diferente” e “desigual”. Enquanto a desigualdade exige um parâmetro comum, classificatório, que permita uma comparação global, “em rede”, a diferença *stricto sensu* o é no sentido de alteridade, não havendo, a princípio, a possibilidade de hierarquização, já que se manifesta quando confrontada com outra identidade (Compare: Haesbaert, 1997).

No espaço público da cidade contemporânea, o “capital escolar” e os modos de consumo são os elementos determinantes das identidades sociais. Aqui, diferença e desigualdade articulam-se no processo de apropriação espacial, definindo uma acessibilidade que é, sobretudo, simbólica. Visto assim, acessibilidade e alteridade têm uma dimensão de classe⁶ evidente, que atua na territorialização (e, na maior parte dos casos, na privatização) dos espaços públicos urbanos. O conceito de *habitus* é sem dúvida a melhor ferramenta disponível para perceber como a dimensão de classe age sobre cada indivíduo na esfera cultural (Garrigou, 1998). A identidade social se define e se afirma a partir de uma alteridade que expressa também uma dimensão de classe, uma alteridade ao mesmo tempo “desigual” e “diferente”. Deste modo, a acessibilidade ao espaço público da/cidade contemporânea é, em última instância, “hierárquica”.

Os estilos de vida são produtos sistemáticos do *habitus*, que, percebidos a partir das relações sociais, transformam-se em sistemas de signos qualificados socialmente (como distintos, vulgares, etc.). O fundamento da alquimia que transforma a distribuição do capital em sistema de diferenças percebidas está, portanto, na dialética que contrapõe o *habitus* e as condições materiais objetivas. Trata-se de um “capital simbólico”, indutor de propriedades distintivas, um capital pouco conhecido na sua verdade objetiva. O gosto, propensão e aptidão à apropriação – material e/ou simbólica – de objetos e práticas, constitui-se num princípio gerador de estilos de vida distintos, num conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem uma intenção “expressiva” (Compare: Bourdieu, 1979).

5. Espaços públicos para as classes médias?

Uma pesquisa de pós-doutorado, desenvolvida recentemente no Laboratório Espaço e Cultura, da Universidade de Paris IV, mostra que a concepção e implantação de novos parques públicos, em Paris e Salvador, a partir dos anos 1990, estão sempre subordinadas a diretrizes políticas e ideológicas (Compare: Serpa, 2003). Na cidade contemporânea, o parque público é um meio de controle social, sobretudo das novas classes médias, destino final das políticas públicas, que, em última instância, procuram multiplicar o consumo e valorizar o solo urbano nos locais onde são aplicadas. Mais precisamente, as novas classes médias são representadas, nas cidades contemporâneas, pelos novos grupos de trabalhadores qualificados, engenheiros e técnicos, que surgem em função da evolução das condições de produção, pelas classes médias assalariadas com um nível elevado de estudos, pelas novas (ou renovadas) categorias profissionais, ou, simplesmente, pelo setor terciário inteiro (Bidou, 1984), salvo evidentemente o “novo proletariado” terciário, constituído de categorias de trabalhadores pouco qualificados, mal remunerados e/ou com empregos precários (Préteceille, 2002). Trata-se de posições sócio-econômicas equivalentes, onde as relações e representações estão “socialmente referenciadas”. Pensa-se aqui no conceito de “*habitus*” (Bourdieu, 1979), naquilo que concerne os comportamentos das classes médias ao se apropriarem do espaço público contemporâneo.

No mundo ocidental, o lazer e o consumo das novas classes médias são os “motores” de complexas transformações urbanas, modificando áreas industriais, residenciais e comerciais decadentes, recuperando e “integrando” *waterfronts*, desenvolvendo novas atividades de comércio e de lazer “festivo”. Isto é particularmente evidente nos Estados Unidos, onde as experimentações se multiplicam, antes de se “exportar” para o resto do mundo (Augustin, 2001). Em Salvador, o Parque Costa Azul foi implantado no lugar de um antigo hotel em ruínas, margeando a orla atlântica, enquanto o Jardim dos Namorados foi projetado para dar origem a uma zona de pedestres e ciclistas na beira do mar. Em Paris, o Parque de

Bercy foi construído paralelo ao Rio Sena, enquanto o Parque André-Citroën está orientado em direção ao mesmo rio, que os criadores do parque entendem como o “quarto limite do projeto” em um jardim rodeado de água (Compare: Serpa, 2003).

Os novos parques da orla atlântica de Salvador vêm alimentar e “coroar” um processo de valorização imobiliária das áreas nobres da cidade, acrescentando novas amenidades físicas aos bairros que já possuem melhor infra-estrutura de comércio e serviços, bem como vias expressas para circulação de veículos particulares. A lógica da localização dos parques na Capital baiana obedece também ao princípio de priorizar áreas com algum interesse turístico, próximas a grandes equipamentos como o Aeroporto Internacional, o Centro de Convenções e os *shoppings centers* Iguatemi e Aeroclube Plaza. Em Paris, os parques já nascem como elementos de valorização de bairros novos, que surgem em antigos terrenos industriais da capital francesa. Junto a eles, novos equipamentos culturais e de lazer são acrescentados ao tecido urbano, com o intuito de transformar áreas decadentes em pólos de “lazer festivo” da cidade. Isso é evidente em Bercy, onde, junto ao Parque, surge um grande cinema *multiplex* e uma grande praça de alimentação (“*Bercy Village*”) nos antigos depósitos de vinho, outrora engarrafado ali (Compare: Serpa, 2003).

Existem também semelhanças evidentes quanto aos materiais utilizados e aos equipamentos implantados no Parque Costa Azul e no Jardim dos Namorados com outros projetos realizados ou em fase de execução na capital baiana (caso, por exemplo, dos Parques do Abaeté⁷ e das Esculturas) ou em outras cidades do país. O Parque Costa Azul acolhe em seu interior alguns restaurantes, equipamentos esportivos e áreas de jogos para crianças. Um anfiteatro serve de palco para shows e espetáculos de teatro gratuitos. O Jardim dos Namorados apresenta também *playgrounds* para crianças, um restaurante e áreas reservadas à prática de esportes. Uma pista de ciclismo liga este último ao Parque Costa Azul, graças a uma passarela sobre a Avenida Otávio Mangabeira. Ao longo do caminho, no Jardim dos Namorados, encontram-se quiosques para venda de comidas

e bebidas. Esculturas estão dispostas em pontos-chave nos dois espaços, ao lado de painéis (no Parque Costa Azul) e de pórticos de cerâmica colorida (no Jardim dos Namorados). Pequenas placas indicando a autoria das obras marcam um itinerário de “museu ao ar livre”.

Nas grandes cidades do Brasil e do mundo ocidental, a palavra de ordem é, portanto, de investir em espaços públicos “visíveis”, sobretudo os espaços centrais e turísticos, graças às parcerias entre os poderes públicos e as empresas privadas. Estes projetos sugerem uma ligação clara entre “visibilidade” e espaço público. Eles comprovam também o gosto pelo gigantismo e pelo “grande espetáculo” em matéria de arquitetura e urbanismo. De uma forma deliberada, os novos parques públicos se abrem mais para o “mundo urbano exterior” e se inscrevem num contexto geral de “visibilidade completa” e espetacular. Projetados e implantados por arquitetos e paisagistas ligados às diferentes instâncias do poder local – verdadeiras “grifes” do mercado imobiliário – os novos parques tornam-se importante instrumento de valorização fundiária, como comprovam os estudos de caso analisados na pesquisa anteriormente citada (Compare: Serpa, 2003).

As pesquisas desenvolvidas na França mostraram, sobretudo, que as operações de urbanismo que deram origem aos grandes parques em Paris têm muitos pontos em comum com aquelas desenvolvidas nas metrópoles de terceiro mundo e, também, em Salvador. Pode-se afirmar que fazemos as mesmas coisas quando estamos em um parque assim, na França e no Brasil. Na verdade, estamos diante de um estilo de vida de classes médias, que homogeneiza as diferenças culturais em prol de modos de consumo mundializados. É claro que as classes médias francesas são muito mais numerosas e que seu poder de compra é incomparavelmente maior que no Brasil. Mas, para quem foi a França buscando diferenças, a quantidade de semelhanças encontradas não é de forma alguma negligenciável. Projetos assinados por arquitetos e paisagistas de renome, aqui e lá, servem para valorizar bairros de classe média, permanecendo distantes e inacessíveis para um público de perfil

mais popular que habita as periferias metropolitanas das duas cidades. Eventos musicais como aqueles que acontecem no Parque da Cidade e no Parque Costa Azul, em Salvador, estão também na ordem do dia nos parques parisienses.

Este é, por exemplo, o caso do Parque de La Villette, em Paris, intimamente ligado a grandes equipamentos culturais, como a Cidade da Música (um grande complexo musical, que abriga salas de exposições, sala de concertos, auditórios, conservatório e apartamentos para músicos), o Zenith (grande teatro para concertos de música pop) e a Cidade da Ciência (museu da ciência e da indústria), além do Cabaré Selvagem, da Géode (um cinema para exibição de filmes em três dimensões) e dos Teatros Internacional de Língua Francesa e Paris-Villette. Exposições, espetáculos de circo, peças de teatro, festivais de cinema, concertos de jazz, de música clássica e de música pop fazem parte do cotidiano do lugar. O público é jovem e diversificado, cresce a uma taxa de 15% ao ano, mas a maior parte dos consumidores da "cultura" de La Villette têm diploma de curso superior ou estão cursando a universidade. Pesquisas realizadas pelo Estabelecimento Público do Parque de La Villette mostram que, em 1992, os usuários do parque com nível elevado de estudos constituíam 61% do total de visitantes. Em 1993 e 1996, esse percentual oscilou para 57% e 55%, respectivamente (EPPGHLV, 1996). Pode-se falar aqui de um fraco sentimento de pertencimento a esse tipo de espaço público entre as classes populares, de uma "recusa a se deixar guiar por aqueles que se consideram os únicos a ter legitimidade para definir o que é cultura" (Ballion, Amar & Grandjean, 1983: 52)⁸.

Em Salvador, das três milhões e 691 mil viagens feitas diariamente pelos habitantes da cidade, um milhão e 70 mil são feitas a pé, de acordo com uma pesquisa da Superintendência de Transportes Públicos, da Prefeitura Municipal. As causas apontadas pelo estudo - que contemplou 600 mil domicílios - para este fato são, além das dificuldades financeiras (a principal), as necessidades de deslocamentos curtos, a deficiência do sistema de transportes e a tradição das caminhadas em festas populares. Apenas 21%

dos domicílios pesquisados têm um carro estacionado na garagem (Rocha, 1998). Deste modo, ao priorizar a implantação de novos parques e praças na orla atlântica de Salvador, em detrimento da orla suburbana - onde a renda média da população é de um a três salários mínimos - o governo e a prefeitura acabam discriminando grande parte da população soteropolitana, justo aquela com mais dificuldades de deslocamento e falta de opções de lazer. Em uma cidade, onde grande parte da população anda a pé, por falta de recursos para utilizar o transporte público, não é difícil perceber para que perfil de usuário foram pensados o Parque Costa Azul e o Jardim dos Namorados.

Mesmo que o discurso oficial defenda a idéia de que os novos equipamentos têm fomentado um novo comportamento nas atividades de lazer dos baianos, até então restritas à praia, poucos se beneficiam, além dos turistas e dos moradores do entorno, dos novos parques e praças. Em geral distantes dos bairros periféricos da cidade, os novos equipamentos vêm segregar ainda mais a população de baixa renda. Uma reportagem do Jornal A Tarde faz um relato pormenorizado sobre a adoção de praças e logradouros públicos por empresas privadas, através do *Programa de Adoção de Praças, Áreas Verdes, Monumentos e Espaços Livres*, da Prefeitura Municipal. Em 1999, foram aprovados sete projetos e oito estavam em andamento na capital baiana. Segundo o jornal, a população "não precisa mais temer a descontinuidade política, pois as empresas ficam responsáveis pela manutenção dos benefícios, e para os empresários serve como um veículo de marketing" (JORNAL A TARDE, 22/08/1999). Uma análise da distribuição dos quinze projetos anteriormente citados confirma uma concentração das intervenções em áreas consideradas nobres, como a Praça Marconi (na Pituba), a Praça do Iguatemi, o Parque da Cidade (no Itaigara) ou a Avenida Antônio Carlos Magalhães. A prefeitura justifica com "a escassez de recursos, que não permite que se atenda à demanda de obras e serviços que a comunidade reclama, a necessidade de unir esforços do Poder Público com a iniciativa privada e grupos sociais organizados, para a implantação, conservação e manutenção de

praças, áreas verdes, monumentos e espaços livres da cidade" (JORNAL A TARDE, 22/08/1999).

6. Quando as classes populares privatizam os espaços públicos

O Conjunto Habitacional José Bonifácio, localizado no bairro de Itaquera, na periferia leste de São Paulo, com mais de 250 mil habitantes, equivale em dimensão e população a várias cidades médias do Brasil. Para seu assentamento o relevo preexistente foi arrasado e, para isto, os movimentos de terra foram gigantescos (Macedo, 1987). O conjunto é um exemplo clássico da política oficial nas últimas décadas do século XX, ditada por padrões estabelecidos pelo BNH e pelas companhias estaduais de habitação, que caracterizam um absoluto desprezo pela qualidade do projeto de arquitetura e urbanismo, com clara preferência por soluções uniformizadas (Bonduki, 1992).

O centro de Itaquera, fortemente impactado com a construção destes conjuntos, é, por seu lado, um exemplo típico de "tecido urbano tradicional", onde a morfologia é gerada pela utilização dos elementos de composição urbana que possuem forte interdependência, originando espaços que guardam relação com a cidade histórica, claramente baseados na formação de percursos, quarteirões, praças, largos, etc. (Rigatti, 1995). No conjunto habitacional a sensação é aquela de quem caminha num labirinto e isso se deve em grande parte à privatização de espaços considerados no projeto original como "públicos". Embora esses espaços já constassem no memorial descritivo de cada prédio, não era prevista a construção de muros. A situação atual resulta do fato de que os mutuários – em grande parte por pressão da própria prefeitura, no sentido de legalizar e regularizar as áreas condominiais – cercam o lote do prédio depois de quitarem o imóvel junto à COHAB. Sem os muros, o percentual de espaços livres (e públicos) sobre a área total subiria para 74, 8%! (Serpa, 1996). Observa-se que as camadas menos favorecidas da população acabam assumindo o "ideal das elites": O prédio isolado no lote. A população dos conjuntos habitacionais recodifica e transforma seus espaços livres, seguindo os arquétipos das

classes de renda mais alta, criando ao seu modo cercas, pátios, guaritas, jardins e estacionamentos (Macedo, 1995).

No Conjunto José Bonifácio, cercados os prédios de apartamentos, começa a disputa interna pela ocupação e apropriação do espaço privatizado. Ganha em regra quem grita mais alto nas assembléias dos condôminos. O que prevalece são os estacionamentos, com garagens e lojas de construção precária: ocupam 41% da área total. A percentagem de áreas ajardinadas e terrenos baldios nos espaços internos aos prédios é alta, cerca de 29%. Mas, nos prédios com menos espaço a tendência é a redução e, em alguns casos mais radicais, a total eliminação das áreas ajardinadas no interior das edificações. Os terrenos baldios, "incorporados" aos prédios vizinhos e cercados, ou apresentam declividade muito alta e são abandonados pelos moradores, ou servem como varal de roupas coletivo (Serpa, 1997). No centro do bairro, a situação atual mostra a maior parte dos terrenos baldios – que aparecem na planta de 1980 como espaços "abertos" – privatizados e cercados. As leis municipais de parcelamento do solo prevêem multas altas para os donos dos terrenos não cercados (Serpa, 1996).

A privatização dos espaços livres de uso coletivo é, no entanto, um problema que atinge as cidades como um todo, sem distinção de classes, como nos mostram as chamadas "invasões de colarinho branco", em Salvador. São condomínios que ocupam terrenos com *playgrounds* e áreas de lazer (de uso restrito aos moradores dos prédios), são escolas e faculdades particulares que levam seus muros alguns metros à frente para abrigar mais laboratórios e salas de aula (de uso restrito aos estudantes daquelas instituições). O outro lado da moeda mostra uma Salvador favelizada, sitiada por 357 assentamentos espontâneos, de acordo com um estudo da CONDER - Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador.

Pesquisas desenvolvidas no âmbito das atividades do Projeto Espaço Livre de Pesquisa-Ação⁹, na Universidade Federal da Bahia, permitem apontar tendências comuns ao

sistema de espaços públicos nos bairros de urbanização popular em Salvador, como:

- Formação e consolidação de centralidades intrabairro, que determinam uma hierarquia dos espaços livres de edificação existentes;

- Maior diversificação do comércio e dos serviços nas áreas consolidadas como centralidades, onde há também uma apropriação mais intensa e diversificada dos espaços livres de uso coletivo;

- Urbanização espontânea crescente dos espaços livres de edificação de uso coletivo, que tendem a desaparecer nas áreas mais segregadas (menos centrais), especialmente locais não consolidados como de uso público;

- Carência de áreas livres e de lazer, com a concentração dos usuários nas poucas áreas consolidadas como praças e largos nos centros de bairro (SERPA, 2002).

A privatização de ruas e acessos restringe o movimento de passantes, canaliza percursos e provoca a desertificação de muitas áreas públicas nas periferias urbanas. Com o confinamento dos moradores nos prédios dos conjuntos habitacionais populares (onde eles existem), agrava-se a questão das drogas e aumenta a violência urbana; decreta-se (muitas vezes de modo irreversível) a morte dos espaços públicos. Nas ruas das áreas centrais, os pedestres cedem seu lugar nas calçadas aos automóveis e camelôs. Em uma cidade como Salvador, com ruas estreitas e tortuosas, parece não haver mais espaço para o passeio a pé. Quem se arrisca a fazê-lo deve disputar o asfalto com os carros, ambulantes e caminhões, que também transitam livremente pelo centro da cidade (não há horários específicos para carga e descarga).

7. Quando as manifestações culturais se mercantilizam também nos bairros populares

Em outra pesquisa, também realizada em Salvador, as manifestações artísticas e culturais de dois bairros populares – Plataforma¹⁰ e Ribeira¹¹ – foram analisadas sob a ótica do conflito global/local, expresso, principalmente, na cooptação/folclorização destas

manifestações pelo *marketing* turístico. Trabalhou-se, na análise dos depoimentos dos moradores, com as noções de “aura” – unicidade da obra de arte, ou seja, sua “inserção no contexto da tradição”, e de “reproduzibilidade técnica” – técnica de reprodução dos objetos artísticos e culturais (Benjamin, 1996).

Entre as manifestações artísticas e culturais mais citadas pelos moradores entrevistados nos bairros estão as festas populares e a música. No caso das festas populares, pressupõe-se que já tiveram a sua “aura”, já que estavam ligadas a um ritual religioso que antecedia as comemorações “profanas” (Cordeiro & Serpa, 2001). Mas, com o passar do tempo, o “acontecer” dessas festas passou a ser marcado pela realização do lucro e pela possibilidade de diversão (fato particularmente marcante na Ribeira, um bairro com “vocaçao turística”), transformando, portanto, sua “aura” e sua autenticidade, que, segundo Benjamin (1996: 168), “é a quintessência de tudo o que foi transmitido pela tradição, a partir de sua origem, desde sua duração material até o seu testemunho histórico”.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990 e nos dias atuais, a Festa da Ribeira apresentou sinais de decadência e auge. Mas, nos momentos de auge, o resgate de sua importância se deu através de uma outra manifestação cultural dominante na Bahia: o trio elétrico – a música de carnaval. A Festa da Ribeira, na sua origem, nunca foi palco para esse aparato tecnológico. É compreensível, nas falas dos moradores, que apenas três deles tenham citado a festa, sendo que o mais jovem foi o único que a relatou com entusiasmo. A festa se estendia ao bairro vizinho de Plataforma, mas à medida que este último foi sofrendo com o processo de expansão urbana (na direção da orla atlântica) e o conseqüente afastamento da cidade (no sentido da perda de importância enquanto bairro antigo, que faz parte da história de Salvador), as festas populares foram deixando de acontecer nesse espaço. Outras, por falta de incentivo dos poderes públicos, acabaram por existir (e resistir) apenas na memória dos moradores. A Festa de São Brás (padroeiro do bairro) é o exemplo que melhor ilustra o

isolamento e o esquecimento de Plataforma. Mesmo na época em que a tradição ainda era mantida, a imprensa escrita não mencionava a lavagem de Plataforma entre as opções do circuito de festas populares da cidade.

Com a música ocorre o mesmo, se pensarmos agora na questão da reprodutibilidade técnica. Os gêneros musicais mais executados nos dois bairros são também os mais reproduzidos no País. Se hoje se escuta mais o pagode e a *axé-music*¹², os bairros tornam-se uma pequena parcela desta realidade. Reproduzir esses gêneros musicais tornou-se relativamente fácil, a partir das novas técnicas e da força da mídia impressa e eletrônica. Restam, apenas, como outras possibilidades, gêneros musicais como o *reggae* e a MPB, ou ainda os corais de cunho religioso, que se manifestam, entretanto, em espaços muito restritos (Cordeiro & Serpa, 2001). A alteração dos referenciais culturais das áreas de urbanização popular, a partir da mercantilização de suas manifestações artísticas, transforma radicalmente os espaços públicos nos bairros populares, agora instrumentalizados pela lógica do capitalismo para multiplicar produção e consumo. Modifica-se também a paisagem urbana, a partir de ações de agentes externos aos bairros, por intensificação da atividade turística – Ribeira ou por exclusão do circuito turístico – Plataforma (Cordeiro & Serpa, 2001).

Os resultados da pesquisa mostram ainda diferenças no interior dos bairros pesquisados, quanto à incorporação seletiva de algumas áreas pela atividade turística. Geralmente a localização da infra-estrutura também é diferenciada, privilegiando estas áreas, que coincidem muitas vezes com os núcleos históricos dos bairros, mais consolidados e com população com maior poder aquisitivo. Essa imagem “histórica”, cooptada pelo *marketing* turístico, é “interiorizada” na percepção dos moradores, mesmo daqueles que não moram nas áreas com maior potencial turístico, que acabam por reproduzir uma “representação hegemônica”, estilizada, dos bairros onde moram.

8. À guisa de conclusão

Todos os exemplos aqui analisados nos mostram que a crise da modernidade é uma crise nos domínios público e privado: A erosão do equilíbrio entre a vida pública e a vida privada destrói o pilar que sustentava a sociedade nos primórdios do capitalismo (Sennet, 1998). Caminhamos para a consagração do individualismo como modo de vida ideal, em detrimento de um coletivo cada vez mais decadente. Para que os conflitos sejam minimizados e para que se preserve uma certa “soberania” sob condições de proximidade física, fazemos questão de manter alguma distância psicológica, mesmo nas relações mais íntimas.

Nossas relações de vizinhança são condicionadas de uma forma determinante pela densidade populacional do local que habitamos, pelo nível econômico e o grau de cooperação dos seus habitantes, bem como pela distância entre as unidades de habitação (Keller, 1979). As relações de vizinhança na cidade contemporânea são ainda muito condicionadas pelas diferenças entre classes sociais. Nos bairros populares, a limitação de oportunidades, a pobreza e o isolamento relativos, a insegurança e o medo acabam por fortalecê-las e torná-las parte fundamental da trama de relações familiares. Nos bairros de classe média, as relações entre vizinhos são mais seletivas e pessoais, já que o maior poder aquisitivo faz diminuir a necessidade de ajuda mútua e aumentar a necessidade individual de espaço.

Sofrem as metrópoles contemporâneas, especialmente no Brasil, com a fragmentação do tecido sócio-político espacial e a formação de encaves territoriais no tecido urbano, sofisticando as formas de auto-segregação dos habitantes. Esses encaves formam, nos bairros com urbanização de *status*, circuitos exclusivos, cada vez mais restritos, de residências (condomínios), lazer (parques temáticos) e consumo (*shopping centers*), constituindo o processo que Souza denomina de “involução metropolitana” (Souza, 1999). A lógica dos novos bairros de classe média baseia-se na acessibilidade (física) e na valorização da segurança. São as chamadas

edge cities que se originam em função de um entroncamento viário, ancoradas por um *shopping center* regional, ao qual acrescentam-se bancos, postos de gasolina e centros de serviços especializados (Del Rio, 1997). Na escala local ampliada, assiste-se a um evidente espraiamento da suburbanização; na escala nacional há sinais que apontam para uma desmetropolização relativa, uma “desconcentração centralizada” das metrópoles, com o crescimento das cidades médias (Souza, 1999).

Por outro lado, podemos falar também no desaparecimento da capacidade de assimilação e do uso público da razão, para pensar esta crise nos termos de Benjamin, Arendt e Habermas; aqui, o importante é observar a conversão de um público, que outrora fizera uso cultural da razão, em um público consumidor de cultura. A publicidade comercial ultrapassa os limites do consumo de bens e passa a investir diretamente no campo político, dirigindo-se explicitamente à opinião pública, propondo sua “formação”. As sensações, o divertimento e o espetáculo são, afinal, a essência dessa “assimilação consumidora”, constituindo uma cultura que é, ao mesmo tempo, de massa e “personalizada”, centrada sobre o imediatismo e a força da autoidentificação (Compare: Prado Jr., 1995).

Em um contexto de declínio do engajamento cívico no espaço público contemporâneo, onde a regra da indiferença civil (Joseph, 1998) e do conformismo (Arendt, 2000) comanda de uma maneira implícita os comportamentos e as relações, seria demasiado simplista reduzir a esfera pública às dimensões materiais dos espaços urbanos de acessibilidade generalizada. A esfera pública não se restringe apenas aos espaços concretos de circulação e de repartição de fluxos, nem aos espaços materiais de consumo, de lazer e de diversão¹³. É a esfera pública que nos reúne na companhia uns dos outros, mas é ela também que evita que colidamos uns com os outros: “*O que torna tão difícil suportar a sociedade de massas não é o número de pessoas que ela abrange, ou pelo menos não é este o fator fundamental; antes, é o fato de que o mundo entre elas perdeu a força de mantê-las juntas, de relacioná-las umas com as outras e de separá-las*” (Arendt, 2000: 62).

Para retomar os exemplos dos novos parques públicos, pode-se afirmar que as práticas urbanas que neles ocorrem inscrevem-se em um processo de “territorialização do espaço”. Em verdade, os usuários privatizam o espaço público através da ereção de barreiras simbólicas, por vezes invisíveis. O espaço público transforma-se, portanto, em uma justaposição de espaços privatizados; ele não é partilhado, mas, sobretudo, dividido entre os diferentes grupos. Conseqüentemente, a acessibilidade não é mais generalizada, mas limitada e controlada simbolicamente. Falta interação entre esses territórios, percebidos (e utilizados) como uma maneira de neutralizar o “outro” em um espaço que é acessível a todos. Os usuários do espaço contribuem assim para a amplificação da esfera privada no espaço público, fazendo emergir uma sorte de estranhamento mútuo de territórios privados, expostos, no entanto, a uma visibilidade completa. Na cidade contemporânea, toda cultura da exposição pública é também uma cultura do desengajamento, pois o espaço público “neutraliza-se” do interior, através da percepção simultânea e constante das diferenças (Joseph, 1998).

A soma de processos de apropriação de um coletivo de indivíduos não é suficiente para legitimar a noção de espaço público. O parque público é um espaço aberto ao público, acessível a todos, posto a disposição dos usuários, mas todas essas características não são suficientes para defini-lo como espaço público. Este processo é, por um lado, o resultado de uma concepção (e da promoção) do parque público como cenário, destinado à fascinação dos futuros usuários, transformando-o em uma espécie de imagem publicitária das administrações locais, sem nenhuma continuidade com práticas sociais que pudessem dar-lhe algum conteúdo e significado (Arantes, 1998). Com a instauração e consolidação de um mercado da paisagem e do paisagismo, os novos parques são, hoje, mediadores da cultura oficial, nivelando as diferenças e fazendo emergir uma representação estática, teatralizada e simplificada da “Natureza” no contexto urbano.

Essas intervenções urbanas não são mudanças para atingir o futuro, mas para permanecer no passado. Sob essa ótica, a moda e os modismos são desses artifícios com os quais as coisas permanecem as mesmas, embora aparentando uma transformação. Milton Santos nos lembra um segundo caráter da moda: sua uniformidade. Segundo essa lógica, cada qual deve tornar-se semelhante aos outros. É preciso “fazer como todo mundo”, pois se fazer notar é se excluir do meio social ao qual se pertence (Santos, 1992). Nesse contexto, o produto é quem ganha em poder e a existência não é vivida mais tanto para a consagração dos valores éticos e estéticos, mas para a busca das coisas, o produtor se tornando submisso ao objeto produzido.

No mundo contemporâneo, o Estado funciona de fato como uma gigantesca “administração caseira”: este “lar coletivo” ganha significado e sentido através da concepção de coletividades políticas como famílias saídas “*do sombrio interior do lar para a luz da esfera pública*” (Arendt, 2000: 47). O domínio público deixa de ter uma conotação política para assumir um significado cada vez mais “social”, interditando a possibilidade da ação. A sociedade atual espera “*de cada um dos seus membros um certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a ‘normalizar’ os seus membros, a fazê-los ‘comportarem-se’, a abolir a ação espontânea ou a reação inusitada*” (Arendt, 2000: 47).

As relações de propriedade podem inviabilizar muitas vezes a apropriação social do espaço público no contexto urbano. O conceito lefebvriano de apropriação esclarece a propriedade, no limite, como não-apropriação, como restrição à apropriação concreta. A apropriação inclui o afetivo, o imaginário, o sonho, o corpo e o prazer, que caracterizariam o homem como espontaneidade, como energia vital. Mas, essa energia vital tende a recuar à proporção que cresce a artificialidade do mundo; ela é reelaborada do ponto de vista humano, porque, atualmente, as relações de propriedade invadem domínios cada vez mais amplos da existência, alcançando costumes e alterando-os (Seabra, 1996).

Todos os habitantes do espaço urbano tem seu sistema de significações ao nível ecológico, expressão de suas passividades e de suas atividades. Já os arquitetos (paisagistas e urbanistas) parecem ter estabelecido e dogmatizado um conjunto de significações, elaboradas não a partir do percebido e do vivido pelos habitantes da cidade, mas a partir do fato de habitar, por eles interpretado. Esse conjunto de significações é verbal e discursivo, tendendo para a metalinguagem; é grafismo e visualização, que tende a se fechar sobre si mesmo, a se impor e a inviabilizar qualquer crítica ou questionamento (Lefebvre, 1991). Isso também acontece porque o cotidiano se concebe como estratégia do Estado dirigida às classes médias, suporte e produto desse mesmo Estado.

Trabalhando para as classes médias urbanas, o Estado parece produzir apenas objetos e imagens que são, na verdade, testemunhos da desintegração e da desorganização da cidade contemporânea. Como participante de parcerias entre o público e o privado, nos campos da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo, o Estado coloca em ação estratégias urbanas que não conseguem “*ultrapassar os limites de sua própria sombra*” (Baudrillard, 1987: 4). Desse modo, são produzidos, apenas, lugares de expulsão e de extradição, de êxtase urbano: aqueles que vêm se aglomerar ali procuram antes de tudo um sentimento vazio de êxtase, um banquete espacial, uma greve cosmopolita, um lugar parasitário (Baudrillard, 1987).

Em um mundo onde a cultura transformou-se em lazer e diversão, existe uma distância mais social que física, separando os novos equipamentos públicos daqueles com baixo capital escolar, o que mostra que segregação espacial e segregação social nem sempre servem para designar a mesma coisa. Em Paris, a garantia de acessibilidade física aos novos parques públicos não assegura sua apropriação pelas classes populares e o problema da democratização do acesso não se resume a uma repartição espacial equitativa dos equipamentos que permitiria, em tese, chances de utilização equivalentes a todas as categorias

sociais (Ballion, Amar & Grandjean, 1983). Vemos que a aplicação dos conceitos/noções geográficos de distância e acessibilidade acabam por colocar em questão a esfera pública, o espaço público, na cidade contemporânea.

Afinal, estamos diante de espaços verdadeiramente públicos ou de espaços concebidos e implementados para um tipo específico de público?

Notas

¹ *“Um olhar geográfico sobre o espaço público deve considerar, por um lado, sua configuração física e, por outro, o tipo de práticas e dinâmicas sociais que aí se desenvolvem. Ele passa então a ser visto como um conjunto indissociável das formas com as práticas sociais. É justamente sob esse ângulo que a noção de espaço público pode vir a se constituir em uma categoria de análise geográfica. Aliás, essa parece ser a única maneira de se estabelecer uma relação direta entre a condição de cidadania e o espaço público, ou seja, sua configuração física, seus usos e sua vivência efetiva”* (GOMES, 2002: 172).

² Estudos de caso a partir das pesquisas “Planejamento paisagístico em zonas periféricas e em áreas de alta densidade populacional” (com bolsa de recém-doutor do CNPq, 1994/1996), “Processos de periferização, descentralização e apropriação social dos espaços livres de edificação” (com bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq, 1998/2000), “Identidade de bairro: Um estudo de geografia humanística aplicada ao planejamento” (com bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq, 2001/2003) e “Clonagem de paisagens: Subsídios de Geografia Cultural para análise de Projetos Paisagísticos no Brasil e na França” (com bolsa de pós-doutorado da CAPES, 2002/2003).

³ Tradução do autor.

⁴ Sabemos, no entanto, que, no Brasil, a formação da sociedade civil burguesa não seguiu o modelo proposto por Habermas, já que, como não houve feudalismo no país, também não existiram as condições para a formação da burguesia a partir da evolução das relações feudais. Como Leite (1998: 31), nosso propósito aqui é menos o de discutir *“o processo de formação da ordem social burguesa no Brasil, do que as condições apresentadas pelas cidades, e exclusivamente por elas, de abrigar representações dessa ordem (...) E aqui importa examinar as condições que*

permitem, ou não, a representação pública das aspirações privadas”.

⁵ Tradução do autor.

⁶ *“O espaço não se (re) produz sem conflitos e sem contradições inerentes a uma sociedade de classes. As práticas não se reduzem apenas à produção imediata (...) é na vida cotidiana, como um todo, que essas contradições se manifestam mais profundamente: nas diferenciações entre os modos de morar, o tempo de locomoção, o acesso à infra-estrutura, ao lazer, à quantidade de produtos consumidos etc.”* (CARLOS, 1994).

⁷ O exemplo do Parque do Abaeté mostra a uniformização visual e funcional dos espaços públicos urbanos, onde os parques se assemelham cada vez mais aos *shopping-centers*, com a valorização do consumo como atividade de lazer. Restaurantes e bares parecem ser a principal atração do lugar para os moradores da cidade, embora a lagoa continue a atrair turistas de procedências diversas. No Abaeté, quem quiser chegar perto da lagoa, deve abandonar os caminhos convencionais e adentrar a paisagem, caminhando pela areia. É como se os caminhos do projeto evitassem de maneira intencional a lagoa, partindo do pressuposto (incorreto!) que para preservá-la da depredação humana o melhor seria segregá-la (Serpa, 2001).

⁸ *“O poder é expresso e mantido na reprodução da cultura. Isto é melhor concretizado quando é menos visível, quando as suposições culturais do grupo dominante aparecem simplesmente como senso comum. Isto às vezes é chamado de ‘hegemonia cultural’. Há, portanto, culturas dominantes e subdominantes ou alternativas, não apenas no sentido político (...) mas também em termos de sexo, idade e etnicidade. (...) As culturas subdominantes podem ser divididas não apenas nos termos já indicados, mas também historicamente, como residuais (que sobram do passado), emergentes (que antecipam o futuro)*

e excluídas (que são ativa ou passivamente suprimidas) como as culturas do crime, drogas ou grupos religiosos marginais. Cada uma destas subculturas encontra alguma expressão na paisagem, mesmo se apenas numa paisagem de fantasia" (COSGROVE, 1998: 92-123).

⁹ O Projeto Espaço Livre de Pesquisa-Ação tem como objetivo principal a análise da situação de bairros populares de Salvador, tendo como premissa o planejamento de áreas carentes e periféricas, disponibilizando informações coletadas e sistematizadas junto às próprias comunidades aos órgãos responsáveis por projetos de habitação popular e de planejamento urbano.

¹⁰ Situado no Subúrbio Ferroviário, Plataforma é um dos bairros mais antigos dessa região. Os primeiros núcleos de indústria têxtil se estabeleceram na Bahia por volta de 1844 e, em Plataforma, em 1875. Também é do século passado (1850) a instalação de ampla rede ferroviária no Brasil e em particular na Bahia, ligando Salvador ao interior e entrecortando Plataforma. Ao lado da estação ferroviária localiza-se o terminal hidroviário (desativado),

antiga ligação do bairro com a Ribeira, que tem sua história também ligada à indústria têxtil (Serpa & Garcia, 1999: 97-98).

¹¹ Primitivamente, a Ribeira – expressão portuguesa que significa ancoradouro de reparação de naus – era uma colônia de pescadores e lugar de veraneio, muito distante do centro da cidade, cuja única via de acesso era o mar. Com a construção da basílica do Bomfim, a península passou a receber romeiros de vários pontos da cidade, que passavam ali longas temporadas.

¹² Estilo musical hegemônico no carnaval de Salvador a partir da segunda metade da década de 1980, suporte principal das apresentações dos blocos de trio (Compare: Dias, 2002).

¹³ O consumidor/usuário não é necessariamente um cidadão: "Nem o consumidor de bens materiais, ilusões tornadas realidades como símbolos: a casa própria, o automóvel, os objetos, as coisas que dão status. Nem o consumidor de bens imateriais ou culturais, regalias de um consumo elitizado como o turismo e as viagens, os clubes e as diversões pagas" (SANTOS, 1992: 41).

Bibliografia

ARANTES, Otília, 1998, *Urbanismo em fim de linha*, São Paulo, EDUSP.

ARENDRT, Hannah. *La Crise de la Culture*. Paris: Idées/Gallimard, 1972.

ARENDRT, Hannah. *A Condição Humana*, 10ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

AUGUSTIN, Jean-Pierre. "La consommation comme loisir", *Urbanisme*, n. 319, p. 74, 2001.

BALLION, Robert, AMAR, Laure, GRANDJEAN, Alain. *Le Parc de la Villette – Un espace public à inventer*. Paris : Laboratoire d'Économétrie de l'École Polytechnique/CNRS, 1983.

BAUDRILLARD, Jean. "Préface". In : Isabelle Auricoste (dir.). *Parc-Ville Villette, Vaisseau de Pierres 2* (Collection dirigée par Hubert Tonka). Seyssel : Champ-Vallon, 1987.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas I – Magia e Técnica, Arte e Política / Ensaio sobre Literatura e História da Cultura*, 7ª edição, tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

BIDOU, Catherine. *Les aventuriers du quotidien – Essai sur les nouvelles classes moyennes*. Paris : Presses Universitaires de France, 1984.

BONDUKI, Nabil. *Arquitetura e Habitação Social em São Paulo*. São Paulo: IAB-Instituto dos Arquitetos do Brasil/Fundação Bienal de São Paulo, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *La distinction – Critique sociale du jugement*. Paris : Les Éditions de Minuit, 1979.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*, 3ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (re) produção do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1994.

- CORDEIRO, Márcia de Freitas & SERPA, Angelo. *Bairro e identidade cultural na periferia de Salvador*. In: II Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação/XX Seminário Estudantil de Pesquisa - RESUMOS. Salvador: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 2002. v. 1, p. 234-234.
- COSGROVE, Denis. "A Geografia Está em Toda Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas". In: Corrêa, Roberto Lobato & Rosendahl, Zeny (orgs.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998, p. 92-122.
- D'ALLONNES, Myriam R. "Aristote: Entre Poétique et Politique". In : Isaac Joseph (dir.). *Prendre place – Espace public et culture dramatique*. Cerisy : Éditions Recherches, 1995, p. 61-78.
- DEL RIO, Vicente. "Considerações sobre o desenho da cidade pós-moderna". In: *Anais do VII Encontro Nacional da ANPUR*, v. 1, p. 685-714. Recife: ANPUR, 1997.
- DIAS, Clímaco. *Carnaval de Salvador : Mercantilização e produção de espaços de segregação, exclusão e conflito*. Dissertação de Mestrado. Salvador: Mestrado em Geografia/UFBA, 2002.
- EPPGHLV. *Le Public des Espaces de Plein Air – Étude quantitative et comptages*. Paris : Parc et Grand Halle de La Villette, 1996.
- GARRIGOU, Alain. "Les classes moyennes dans l'histoire et l'histoire des classes moyennes". In : Pierre Guillaume (dir.). *Histoire et historiographie des classes moyennes dans les sociétés développées*. Talence : Maison des Sciences de l'Homme d'Aquitaine, 1998.
- GOMES, Paulo César da Costa. *A Condição Urbana – Ensaio de Geopolítica da Cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade*. Niterói: EDUFF, 1997.
- JORNAL A TARDE. *Empresas substituem a administração pública*. 1º Caderno, 22/08/1999.
- JOSEPH, Isaac. *La Ville sans Qualités*. La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube, 1998.
- KELLER, Suzanne. *El vecindario urbano: una perspectiva sociológica*, 2ª edição. México: Siglo XXI ed., 1979.
- LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*, 4ª édition. Paris : Anthropos, 2000.
- LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. *As Tramas da Segregação – Privatização do Espaço Público*. Tese de Livre Docência. São Paulo: FAUUSP, 1998.
- MACEDO, Sílvio Soares. *São Paulo, Paisagem e Habitação Verticalizada. Os Espaços Livres Como Elementos De Desenho Urbano*. Tese de Doutorado. São Paulo: FAUUSP, 1987.
- MACEDO, Sílvio Soares. "Espaços Livres", *Paisagem e Ambiente - Ensaio*, n. 7, p. 15-56, 1995.
- MURICY, Kátia. Benjamin: Política e Paixão. In: Cardoso, Sérgio (org.). *Os Ensaio da Paixão*, 11ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 497-508.
- PRADO JUNIOR, Plínio Walder. "Observations sur les ruines de la publicité". In : Isaac Joseph (dir.). *Prendre place – Espace public et culture dramatique*. Cerisy : Éditions Recherches, 1995, p. 111-128.
- PRETECEILLE, Edmond. "Comment analyser la ségrégation sociale ?" , *études foncières*, n. 98, p. 10-16, 2002.
- RIGATTI, Décio. "Apropriação Social do Espaço Público. Um estudo Comparativo", *Paisagem e Ambiente - Ensaio*, n. 7, p. 141-197, 1995.
- ROCHA, Francisco Ulisses Santos. *Nem só quem tem fé vai a pé: Subsídios a uma política para o pedestre em Salvador*. Monografia de especialização. Salvador: Escola de Serviço Público/FUNDESP/Universidade Estadual de Feira de Santana.
- SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*, 2ª Edição. São Paulo: NOBEL, 1992.

- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*, 3ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SEABRA, Odete. "A insurreição do uso". In: José de Souza Martins (org.). *Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996, p.71-86.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público*, 6ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SERPA, Angelo. "Morfologia e apropriação dos espaços livres em Itaquera, São Paulo: alguns conceitos e considerações". *Anais do II Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo do Brasil*, p. 161-174. São Paulo: Universidade de São Marcos/FAUUSP/Unimarco Editora, 1996.
- SERPA, Angelo. "Os espaços livres de edificação nas periferias urbanas: Um diagnóstico preliminar em São Paulo e Salvador", *Paisagem e Ambiente - Ensaios*, n. 10, p. 189-216, 1997.
- SERPA, Angelo. "Parque do Abaeté e Parque das Esculturas em Salvador: Uma análise comparativa". In: Santiago, Alina Gonçalves (Org.). *Tendências da Paisagem Contemporânea*. Florianópolis: UFSC, 2001, v. 1, p. 222-230.
- SERPA, Angelo. "A Paisagem Periférica". In: Yasigi, Eduardo (Org.). *Turismo e Paisagem*. São Paulo: Editora Contexto, 2002, p. 161-179.
- SERPA, Angelo. "Parque público e valorização imobiliária nas cidades contemporâneas: Tendências recentes na França e no Brasil". In: *CD ROM - X Encontro Nacional da ANPUR: Encruzilhadas do Planejamento - Repensando Teorias e Práticas*. Belo Horizonte: ANPUR/UFMG, 2003.
- SERPA, Angelo & GARCIA, Antonia dos Santos. "O potencial turístico do Subúrbio Ferroviário de Salvador sob a ótica dos moradores". In: Lima, Luiz Cruz. (Org.). *Da cidade ao campo: A diversidade do saber-fazer turístico*. Fortaleza: Editora FUNECE, 1999, v. 1, p. 91-102.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. "Da 'fragmentação do tecido sóciopolítico-espacial' da metrópole à 'desmetropolização relativa': alguns aspectos da urbanização brasileira nas décadas de 80 e 90". In: *Anais do 6º Simpósio Nacional de Geografia Urbana*, p. 40-41. Presidente Prudente: UNESP/AGB, 1999.
- URIARTE, Urpi. *Espaço, Cultura e Identidade na Perspectiva da Antropologia Urbana*. Mimeo. Salvador, 2001.

Trabalho enviado em outubro de 2003.

Trabalho aceito em março de 2004.

